



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 001/2024- FMAS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6277/2024**

Contrato de execução de serviços, celebrado entre o  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL - FMS** e a empresa: **CLEBER DE**  
**CARVALHO OLIVEIRA FERRARI**  
**86596144100.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS**, pessoa jurídica de direito público, situado à Av. Sete Lagoas, nº 19-A, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 14.868.880/0001-27, aqui representado pela Gestora a Sra. **SANDRA MARTINS CAIXETA**, brasileira, casada, inscrito na Cédula de Identidade RG sob o nº 3335633 SSP/GO e do CPF nº 699.587.931-72, residente e domiciliado à Avenida Mato Grosso, Qd. 03, Lt 18, Centro, na cidade de Inaciolândia-GO, denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa: **CLEBER DE CARVALHO OLIVEIRA FERRARI 86596144100**, devidamente inscrita no **CNPJ:28.090.804/0001-48**, com sede na rua do Braz nº 617, bairro setor Planalto, na cidade de Itumbiara, neste ato representado por seu empresário sr. **CLEBER DE CARVALHO OLIVEIRA FERRARI**, pessoa física, inscrita no CPF nº 865.961.441-00, residente e domiciliado na Rua Maria Luzia da Abdia, nº09 – casa referencia : em frente a A, Bairro José Inácio, na cidade de Inaciolândia – GO, demoninado **CONTRATADO** têm justos e contratados o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

**DO LOCAL E DATA**

Lavrado e assinado na sede do Fundo Municipal de Assistência Social de Inaciolândia, aos 07 dias do mês de maio de 2024.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços será regido pelas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterada pelas leis posteriores, conforme **Processo Administrativo nº 6277/2024** Firmado nos termos do **Ato de dispensa de licitação nº.026/2024 de 07 de maio de 2024.**

**(CLÁUSULA PRIMEIRA)**

**Do Objeto do Contrato**

1.1 - Contratação de empresa para a prestação de serviços de instrutor de instrumentos musicais de sopro para ministra aulas junto ao SCFV- Centro de Convivência e





Fortalecimento de Vínculos, tudo conforme termo de referência; tudo conforme termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Clausula Segunda**  
**DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1** - Os serviços de que trata este contrato serão prestados no SCFV - Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com carga horária de 6 (seis) horas diárias sendo das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00, por 2 vezes por semana sendo na segunda - feira e quinta - feira no município de Inaciolândia e o local para a prestação dos serviços será demandado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Clausula Terceira**  
**DA VIGÊNCIA**

**3.1** - A vigência das obrigações com o contratado terá início a contar da data de sua assinatura do Contrato de Prestação de Serviços e encerrando-se 31 de dezembro de 2024, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.

**Clausula Quarta**  
**DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

**4.1- A CONTRATANTE** pagará a empresa **CONTRATADA** pelos serviços especificados na Clausula Primeira do presente instrumento o valor global de **R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**, onde serão pagas em 8 parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

**Cláusula Quinta**  
**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** – A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recurso das seguintes dotações orçamentárias, do vigente orçamento:

**Dotação:**

**7.1.08.244.2055.2063 – 33903900 - 5 (Fonte 129)**

**Cláusula Sexta**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**6.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a)** Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
- b)** Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre irregularidades observadas na prestação e fornecimento dos serviços contratados;
- c)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada através de servidor especialmente designado;





- d) Documentos e informações precisas sobre os assuntos referentes ao objeto descrito neste termo, objetivos e outros dados necessários ao desenvolvimento dos serviços técnicos;
- e) Disponibilização de servidores capacitados cooperação na obtenção de informações necessárias, substituindo, remanejando e contratando caso seja necessário.

## **6.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Imediatamente após a formalização do ajuste, disponibilizar o atendimento, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitada, mediante requisição, devidamente assinada pelo Setor competente.
- b) Prestar de forma tempestiva e satisfatória todos os serviços especificados e no objeto do presente Termo de referência e conforme a proposta de preços ofertados;
- c) Manter, durante toda a execução do contato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Arcar com os custos referentes à Imposto de Renda, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venha a incidir na execução do contrato;
- e) Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros por si e ou seus prepostos;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

## **Cláusula Sétima** **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

### **7.1 - O presente contrato poderá ser alterado:**

**Parágrafo Primeiro** Unilateralmente, pelo Município, quando: “for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)”.

**Parágrafo Segundo** Por acordo entre as partes, quando:

- a) For conveniente a substituição da garantia de sua execução;
- b) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- c) For necessária a modificação do regime de execução ou do prazo, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- d) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
- e) Por motivos de força maior.





**Cláusula Oitava  
DAS SANÇÕES**

8.1 - A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

**Parágrafo Primeiro**

Advertência;

**Parágrafo Segundo**

Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos.

**Parágrafo Terceiro**

Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

**Cláusula Nona  
DA RESCISÃO**

9.1 - Fica pactuado entre as partes que o presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelos **CONTRATANTES** em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com o Artigo 138 da Lei Federal nº. 14.133/21, onde observado o interesse público não gerará qualquer ônus ao erário.

9.2 - A rescisão em se tratando de interesse público não gerará direito a quaisquer tipos de indenização.

9.3 - A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº.14.133/21, Art.'s 155 à 156, bem como nas estabelecidas neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público com prazo de até 06 (seis) anos.

**Cláusula Décima  
DA MULTA**

10.1 - Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.2 - Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do prestador em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento dos serviços contratados;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos;

d) As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente;

10.3 - Por atraso injustificado no cumprimento de Contrato de Prestação de Serviços:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o vigésimo dia de atraso.

10.4 - Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;





- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.5** - Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até seis anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.7** - O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 10.8** - A aplicação das penalidades previstas nesta lei será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 10.9** - Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 10.10** - As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 10.11** - As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### **Cláusula Décima Primeira DAS QUESTÕES DIVERSAS**

**11.1** - O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 14.133/21, de 01/04/21 e suas posteriores modificações e ainda:

- a) As partes **CONTRATANTES**, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21;
- b) A **CONTRATADA** reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Termo de Referência referente a este processo.
- c) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **Cláusula Décima Segunda DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e ainda aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

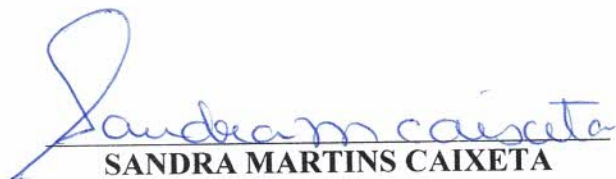


**Cláusula Décima Terceira  
DO FORO**

13.1 - Elegem-se o foro desta Comarca de Quirinópolis de Goiás para diligência de eventuais querelas emergentes deste contrato.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Inaciolândia-GO, 07 dias do mês de maio de 2024.

  
**SANDRA MARTINS CAIXETA**

Gestora do FMAS.

**Contratante**



**CLEBER DE CARVALHO OLIVEIRA**

**FERRARI 86596144100**

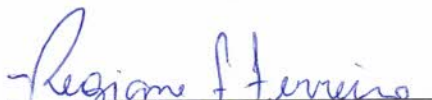
**CNPJ: 28.090.804/0001-48**

**Contratado**

Testemunha


1º:

CPF:

  
91365759172

2º:

CPF:

  
036.547.641-26

PUBLICADO PLACARD

Prefeitura de Inaciolândia

Em 07/05/2024



**Secretário Municipal da Administração**

Diogo Franco Guimarães Vilela

Portaria nº1961/2024